

Para 2018 falta bem mais que a Previdência

Por Angela Bittencourt

O governo comprometeu tanto tempo e energia em esclarecer denúncias, sobretudo contra o presidente Michel Temer, que o ajuste fiscal de longo prazo terá seu efeito reduzido quase à metade e, o de curto prazo, não foi concretizado. O ajuste de longo prazo tem na reforma da Previdência sua melhor expressão e depende de amplo apoio no Congresso. O ajuste de curto prazo trata de programas de concessão e privatização, renegociação de dívidas, reoneração de setores industriais e correção salarial no setor público depende, também, de negociações que extrapolam as bancadas parlamentares. E nem por isso são mais fáceis.

2017 já abre alas para o Ano Novo com uma agenda quente. Esperam soluções: o processo de devolução de bilhões de reais pelos bancos oficiais ao Tesouro, uma revisão da cessão onerosa da Petrobras estabelecida em 2010 no contexto da capitalização também bilionária da estatal, os procedimentos para a venda do petróleo do pré-sal, que poderá ser feita diretamente pela União e garantir receitas expressivas em 2018, as condições de venda da Eletrobras e da BR Distribuidora, que tem definida e anunciada a abertura do seu capital, e uma equação para o endividamento do Estado do Rio Grande do Sul, a quem foi negada, pela Justiça,

autorização para participar do Programa de Recuperação Fiscal.

Da aprovação da reforma da Previdência depende, em 2019, mas com risco de antecipação para 2018, o cumprimento do teto de gastos instituído para o setor público há um ano. Do sucesso dessa dupla empreitada depende a margem de ampliação de verbas para programas de assistência social, educação básica e valorização do salário mínimo. Não é pouco.

Retomar o regime de metas é maior feito do governo Temer

De imediato, em busca de apoio para desencalacrar a reforma previdenciária, o governo pode anular o adiamento do reajuste salarial de servidores públicos proposto pela equipe da ex-presidente Dilma Rousseff em 2015, aprovado sem restrições pelo presidente Michel Temer em 2016 e que - por falta de dinheiro - teve sua aplicação adiada para 2019.

Não é exagero esperar embates intramuros. Como já se viu inúmeras vezes na história recente do Brasil, a administração das finanças pelo governo depende, e muito, do funcionalismo público, que pode ser um adversário tão próximo quanto poderoso. No momento, duas razões justificam atenção ao

funcionalismo: incerteza de pelo menos duas dezenas de categorias profissionais quanto a futuros aumentos salariais, e a perspectiva de corte de privilégios - e não só na aposentadoria. Um governo que se autodenomina "reformador" terá dificuldade para manter privilégios a servidores beneficiados desde sempre por estabilidade profissional, enquanto 13,1 milhões de brasileiros seguem desempregados.

O ano de 2017 estará tecnicamente encerrado em 25 dias, na sequência da divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) pelo Banco Central (BC), em 21 de dezembro, e o início do recesso parlamentar no dia 22. O presidente Michel Temer - submetido a um cateterismo de sexta para sábado, em São Paulo, após apresentar obstruções nas artérias coronarianas - estará convalescendo nesse período, o que não significa estar parado.

O presidente não parou sequer em maio, quando teve a cabeça colocada a prêmio, quando foi enredado em questões judiciais decorrentes da divulgação de uma conversa travada com o empresário Joesley Batista, do grupo J&F, fora do horário de expediente e da agenda oficial, mas supostamente integrada à Lava-Jato.

Promovido a protagonista da megaoperação da Polícia Federal,





Temer evitou contribuir para eventual paralisação da máquina pública ou de sua equipe econômica, ante a urgência de esclarecimentos de fatos e circunstâncias apresentadas contra ele pela Procuradoria-Geral da República.

O presidente foi denunciado por crime de corrupção, organização criminosa e obstrução da Justiça. Contudo, nenhuma das três acusações prosperou a ponto de tornar-se uma investigação do Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderia ter custado seu afastamento do cargo. Temer teve o suporte dos deputados e, em particular, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), atualmente o primeiro da hierarquia constitucional na linha de sucessão à Presidência.

O entrevero político observado nos últimos seis meses elevou, sim, o custo das reformas fiscais, sem as quais o Brasil não voltará a crescer como deve e precisa. Nesses seis meses, várias decisões relevantes foram tomadas pelo governo. Algumas poderão ser prejudicadas em função do calendário eleitoral que já tem forma e potencial conteúdo.

O apresentador Luciano Huck que, de agosto a novembro, teve elevada a 60% a probabilidade de se tornar presidente na opinião de 211 investidores institucionais consultados na pesquisa promovida pela XP Investimentos na semana passada, deve negar, nesta segunda-feira, a possibilidade de candidatar-se em 2018, informa o jornal "O Globo".

Com a perspectiva das eleições serem disputadas basicamente por políticos, o governo pode obter mais dividendos se propagandear seus feitos. Entre os mais populares está a liberação de quase R\$ 50 bilhões de contas inativas do FGTS, no primeiro semestre deste ano, que foram direcionados principalmente à quitação de dívidas em atraso. Decisão similar em curso pretende liberar R\$ 16 bilhões de depósitos do PIS-Pasep.

Decisão de grande impacto para as contas públicas é a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) usada na indexação de contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A adoção da nova taxa, a partir de 1º de janeiro de 2018, deverá encerrar ou redimensionar uma política de subsídios, gigantescos e pouco transparentes, do Tesouro para clientes da instituição. Meio trilhão de reais do caixa público bancaram a carteira do BNDES na última década e agora são cobrados pelo governo.

De todas as iniciativas do governo, a mais benéfica e compartilhada, porém, é a retomada do cumprimento de metas de inflação pelo BC.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Organização social não é solução para universidades federais, dizem reitores

Por Thais Carrança | De São Paulo



Márcia Abrahão, reitora da UnB: "Já temos fontes de arrecadação; não existe nenhuma necessidade de mudar o modelo".

Reitores de universidades federais foram pegos de surpresa pela informação de que o governo estaria voltando a considerar a transformação de instituições públicas em organizações sociais (OS), para permitir a elas ter uma arrecadação privada para sustentar os gastos, mas também isolar os recursos do resto do orçamento da União, como mostrou reportagem publicada pelo Valor no início do mês.

Os dirigentes universitários consideram a proposta extemporânea e sugerem alternativas que consideram mais fáceis e passíveis de serem adotadas no curto prazo, como o fim do contingenciamento sobre a arrecadação própria das universidades - hoje recolhida pela Conta Única do Tesouro e sujeita ao

teto de gastos públicos, como todo o restante das despesas federais.

O projeto de lei da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) que autoriza a criação de fundos patrimoniais ("endowment") nas instituições de ensino federais é visto com bons olhos, mas os reitores também temem que as doações obtidas pelos fundos sejam recolhidas à Conta Única e submetidas ao teto. As doações são vistas como um recurso complementar e, por serem instáveis, não substituem o financiamento perene, garantido pelos cofres públicos.

"Desconhecemos completamente essa proposta. Levamos um susto com a reportagem, foi uma grande surpresa", diz Márcia Abrahão, reitora da Universidade de Brasília (UnB). A instituição foi citada como um dos possíveis alvos da mudança de personalidade jurídica, ao lado do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

A reitora lembra que a UnB já tem atualmente uma relevante arrecadação própria, obtida principalmente com aluguel de imóveis, do Cebraspe - parceria entre UnB, Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização de concursos -, e de projetos com governos e empresas.

Essa arrecadação, estimada em R\$ 102 milhões no orçamento da instituição para 2017, já foi superada. Do montante, a universidade só foi autorizada a usar R\$ 87 milhões. Para 2018, a UnB informou ao Ministério do Planejamento que poderia arrecadar ao menos R\$ 168 milhões, mas só será autorizada a usar R\$ 110 milhões.

Além do contingenciamento de receitas próprias, os repasses do MEC para custeio e investimento caíram de R\$ 219 milhões em 2016, para R\$ 136 milhões em 2017, corte de 38%. A instituição receberá R\$ 136 milhões também em 2018. Os recursos para investimento minguaram de R\$ 49 milhões em 2016, para R\$ 24 milhões este ano e R\$ 3 milhões em 2018.

"Já temos fontes de arrecadação; não existe nenhuma necessidade de mudar o modelo da universidade para que ela possa arrecadar", diz Márcia. "A solução é liberar o teto da arrecadação própria das instituições. É muito simples, não precisa fazer mudanças grandes." Para a reitora, no entanto, o governo não pode deixar de destinar recursos à universidade, uma vez que, constitucionalmente, a educação é um dever do Estado.

Klaus Capelle, porta-voz da Andifes (entidade que reúne os dirigentes de universidades federais)





e reitor da UFABC, acredita que toda medida que fortaleça a autonomia das universidades é positiva, desde que não haja prejuízos às instituições. "Se as universidades forem depender de doações para despesas de custeio básicas, certamente haverá prejuízos."

Para Capelle, a criação de fundos patrimoniais e a transformação de instituições públicas em OS são discussões distintas e em estágios muito diferentes de maturidade, não devendo ser misturadas. Além disso, diz, uma mudança estrutural das universidades não deve ser feita num contexto pontual de crise.

O país tem que decidir que tipo de universidade quer e o que espera dela, a partir daí, pode se debater qual seria o melhor modelo de funcionamento, afirma Capelle. "Conduzir essa discussão apenas sob o olhar de 'onde mais podemos economizar um pouco de recursos' não vai levar a um bom sistema universitário".

Alketa Peci, professora de administração pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape-FGV), avalia que a proposta de transformar instituições públicas em OS é antiga, vem desde

1995, quando o então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira defendia o modelo.

"Sempre houve uma resistência muito grande dentro das próprias universidades a esse modelo. Essa resistência continua presente", diz Alketa. Segundo ela, isso é ainda mais relevante no atual momento de polarização ideológica do país. "Esse não é o momento propício para fazer esse tipo de discussão, ela vai falhar novamente", afirma.

Segundo a especialista, a proposta dos reitores de liberar a arrecadação própria das universidades das amarras do teto de gastos também não é viável. "Essa é uma demanda que todo órgão burocrático do Brasil teria, mas é uma impossibilidade. Há uma crise e os recursos são escassos, a demanda é pouco realista."

A professora da FGV acredita que flexibilizar a gestão das universidades seria importante, uma vez que elas estão sujeitas a muitas restrições burocráticas que não trazem resultados. No entanto, a alternativa vislumbrada por ela também é impopular e passível de resistências: a cobrança de mensalidades na universidade pública para segmentos que possam pagar.

Contas rejeitadas



Nova frota. Ministério da Justiça observou falhas em licitação feita pela prefeitura do Rio para a compra de veículos da Guarda Municipal: R\$ 16 milhão em recursos da União

Governo federal aponta irregularidades em 922 convênios com estados, municípios e ONGs

EDUARDO BRESCIANI

-BRASÍLIA- Mais de 900 contratos e convênios firmados pela União com municípios, estados e organizações não governamentais (ONGs) nos últimos dez anos tiveram as prestações de contas rejeitadas pelos próprios ministérios que repassaram as verbas. Essas transações ultrapassam R\$ 836 milhões, dos quais R\$ 594 milhões foram efetivamente liberados.

A rejeição gera a abertura de um processo chamado de Tomada de Contas Especial, que tem o objetivo de identificar os responsáveis pelo prejuízo e recuperar os recursos para os cofres do governo federal. As

informações estão disponíveis em um site lançado pelo Ministério do Planejamento, o Painel Transferências Abertas, que reúne dados sobre 114 mil contratos, convênios e termos de parceria assinados desde 2008.

A ferramenta é atualizada todos os dias. Levantamento feito pelo GLOBO na última sexta-feira constatou que eram 922 os contratos e convênios que tiveram as prestações de contas rejeitadas. Quase a metade, 425, era do Ministério do Turismo. A pasta também lidera em relação aos valores dos contratos, que somam R\$ 226,9 milhões (27% do total).

Na sequência, aparecem as pastas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com R\$ 117,6 milhões; Defesa (R\$ 86 milhões);

Desenvolvimento Social (R\$ 53,2 milhões); e Trabalho (R\$ 51,2 milhões). Como os processos são lentos, a maior parte dos acordos com prestação de contas rejeitadas é de 2009 (395) e 2010 (299). A maioria foi celebrada com prefeituras: 588.

Outros 283 foram assinados com organizações da sociedade civil, restando ainda 46 com governos estaduais e cinco com empresas públicas. Por estado, o maior valor é do Amazonas, R\$ 153,6 milhões. Na sequência, vêm São Paulo, R\$ 83,5 milhões; Pernambuco, R\$ 53,8 milhões; Bahia, R\$ 46,9 milhões; e Distrito Federal, R\$ 39,7 milhões.

O Amazonas lidera devido a um convênio de R\$ 107 milhões firmado com o governo estadual para obras de acesso à Zona Franca de Manaus em 2012. Pareceres técnicos do Executivo e do Ministério Público Federal (MPF) apontaram que a revitalização das áreas já construídas não seria suficiente, além do fato de um termo aditivo ao contrato ter aumentado alguns dos preços unitários acima dos 25% previstos em lei.

Na própria prestação de contas, o governo do Amazonas se queixou de que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, teria sido “ausente”





durante a execução do contrato. O convênio acabou rescindido em 2015.

Além do caso do Amazonas, aparecem no topo da lista um convênio de 2009 do Ministério do Turismo para a construção de um túnel no Recife, obra do governo de Pernambuco, no valor de R\$ 50 milhões; uma parceria da pasta do Trabalho com uma ONG de São Paulo, de 2008, para instalação de centros de atendimento ao trabalhador, no valor de R\$ 37,7 milhões;

um convênio de 2009 da área de Desenvolvimento Agrário com uma estatal baiana para assistência técnica a agricultores familiares no interior da Bahia, ao custo de R\$ 27,6 milhões; e um programa de 2012, de R\$ 23,1 milhões, para construção de cisternas pelo governo do Espírito Santo em parceria com a pasta do Desenvolvimento Social.

O diretor de auditoria de governança e gestão do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Marcos Rezende, observa que parte das rejeições decorre de problemas de gestão e da própria prestação de contas. — Nem tudo é corrupção. Há situações em que muda o prefeito, muda a gestão.

E ainda temos municípios com dificuldades de prestação de contas, de dar informações, devido à carência nessa área de gestão. Temos preocupação com qualquer desvio de recurso público — afirma. — Nesse caso, o percentual até não

é tão alto, nem mesmo a quantidade de recursos. Mas é sempre preciso adequar os controles para reduzir a probabilidade de esses problemas acontecerem.

DEMORA NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Rezende ressalta que a lentidão na execução dos contratos e convênios e no envio e na análise de prestações de contas é outro problema a ser enfrentado. Ele conta que uma auditoria em andamento na CGU aponta um tempo médio de cinco anos para a execução, o que seria um prazo muito longo, já que na maioria dos casos os valores não são tão altos.

— O que nos preocupa bastante, além da quantidade de rejeições, é a questão do tempo que tem levado para esses contratos serem finalizados. É muito alto. Em geral, são instrumentos de baixo valor; em torno de 80% deles são abaixo de R\$ 750 mil. O tempo de execução deveria ser menor, e há um problema de envio e análise de prestação de contas, que gera um estoque muito elevado e crescente.

Os ministérios têm dificuldade de analisar as prestações de contas em tempo hábil, perdendo a oportunidade de identificar mais prontamente os problemas — destaca. Responsável pelo maior volume de prestação de contas rejeitadas, a pasta do Turismo foi alvo, em 2011, da Operação Voucher — que apurava desvios em contratos — e afirma ter tomado “medidas rígidas” desde então. O

ministério observa que quase todos os contratos nessa situação foram celebrados até 2011.

“Desde então, o Ministério do Turismo adotou medidas mais rígidas em relação à aprovação das propostas, acompanhamento e fiscalização dos objetos. Em função dessas mudanças, o próprio Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União reconheceram o esforço do Ministério do Turismo em melhorar o processo de celebração e prestação de contas dos contratos de repasse e convênios”, afirma a pasta, ressaltando ter recebido prêmios pelo seu trabalho recente na área.

O ministério acrescenta que parte dos valores investidos já foi recuperada pela União. E destaca que houve um “reforço da equipe” que faz a análise da prestação de contas, além do estabelecimento de metas para a área. “Como exemplo, somente nos nove primeiros meses de 2017 foram realizadas mais de mil análises de prestação de contas, número 21% maior do que todas as prestações realizadas em 2016”, ressalta o ministério.

O governo do Espírito Santo afirmou que o convênio para construção de cisternas foi firmado na gestão anterior e que a empresa contratada para a prestação de serviços teve as contas rejeitadas pelo órgão estadual. Ressaltou que cobra a empresa na Justiça e que já houve devolução à União de parte dos recursos repassados.

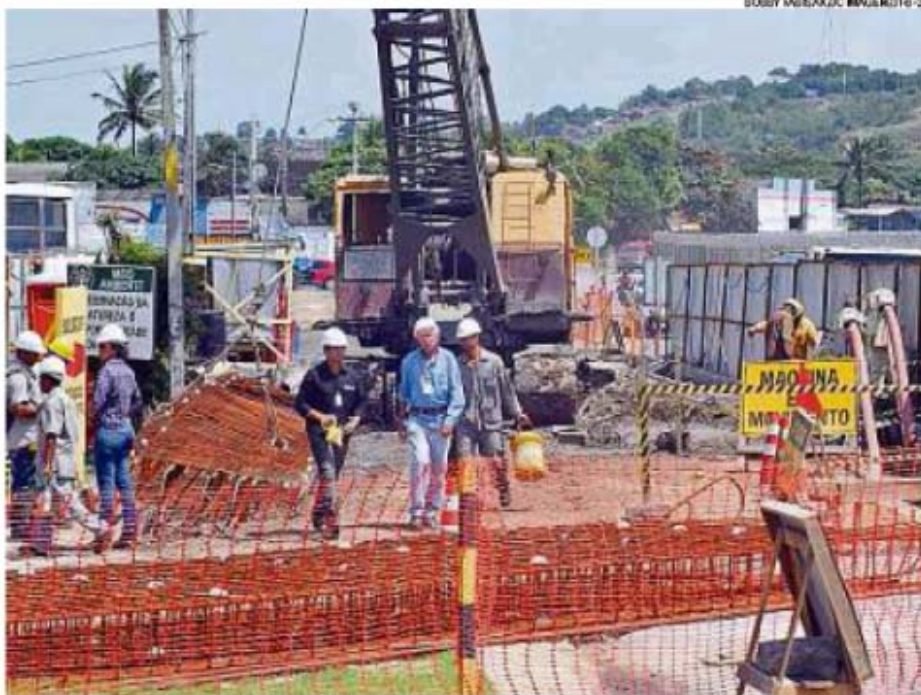




“A Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo esclarece que não foi firmado novo convênio com o mesmo objeto e com a mesma entidade e que o Governo do Estado tem intensificado o controle interno de seus contratos por meio de auditorias, monitoramentos e inspeções, entre outras ações promovidas pela Secretaria de Estado de Controle e

Transparência”, diz ainda a nota.

Os governos do Amazonas e de Pernambuco não responderam aos questionamentos. A ONG paulistana que fechou contrato com o Ministério do Trabalho não foi localizada, e a estatal baiana que firmou contrato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário não existe mais.



Parceria. Obra de túnel no Recife, com R\$ 50 milhões do Ministério do Turismo: no topo das contas rejeitadas

No Rio, problemas relacionados aos Jogos Olímpicos

União aponta descumprimento de regras em licitações feitas por prefeitura e governo do estado

-BRASÍLIA- Cinco convênios com as prestações de contas rejeitadas referem-se à área de Segurança Pública para a Olimpíada do Rio, em 2016. O valor chega a R\$ 14 milhões — são quatro contratos assinados com o governo do estado e um com a prefeitura da capital. Todas as parcerias foram feitas com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Especial de Grandes Eventos.

A maior parte dos problemas esteve nas licitações. O maior contrato é o que trata da aquisição de motocicletas e outros equipamentos para a Polícia Militar, no valor de R\$ 4,8 milhões. Um dos problemas apontados é o fato de o governo estadual não ter depositado os R\$ 100 mil previstos como contrapartida. Os fiscais do controle interno do Ministério da Justiça sustentaram ainda que a licitação para a compra do material não teria seguido as regras federais.

A prestação de contas foi rejeitada em abril deste ano e, no mês seguinte, abriu-se um processo de Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade e buscar a recuperação dos recursos investidos pela União. Também firmado às vésperas do evento, o convênio que tratou da aquisição de softwares para a área de inteligência da Polícia Civil,

no valor de R\$ 2,3 milhões, teve as contas rejeitadas.

No caso deste contrato, a rejeição ocorreu em julho de 2017, e o sistema público de convênios não informa o motivo. Mais dois convênios na mesma situação foram assinados em 2015. Um serviu para a compra de equipamentos médicos para helicópteros da PM; e o outro, para a aquisição de aparelhos de filmagem e fotografia para a área de inteligência da Secretaria de Segurança.

ESTADO E PREFEITURA RECORREM

A Secretaria de Segurança do Rio afirmou que estes quatro convênios fazem parte de um pacote de 13 celebrados com foco no evento. Destacou que os repasses foram feitos entre fevereiro e maio de 2016 e observou que os prazos iniciais dos convênios ultrapassavam o período dos eventos.

A pasta sustentou que os processos licitatórios “não cabiam” no pouco tempo de execução de que dispunha e ressaltou que os convênios foram efetivamente executados, com as compras realizadas dentro do previsto. “Muitos equipamentos eram de aquisições internacionais e, por óbvio, os procedimentos licitatórios não cabiam dentro do prazo de apenas quatro meses”, diz a nota.

A pasta, que está recorrendo da rejeição, ressaltou que as contrapartidas não foram depositadas

de imediato pelo fato de o Estado do Rio ter decretado a situação de calamidade pública e não ter como realizar os pagamentos. A secretaria afirma que o Ministério da Justiça não questionou o fato na época e que, posteriormente, os depósitos foram realizados.

“No que tange à rejeição da prestação de contas dos convênios citados, esclarecemos que trata-se de uma análise unilateral e equivocada dos fiscais da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos, que por lei deveriam e poderiam ter adotado qualquer postura de suspensão ou interrupção da execução e não o fizeram, o que deu margem para a contínua execução até sua integralidade”, afirma a secretaria.

No caso que envolve a prefeitura, o convênio foi para a aquisição de furgões para a Guarda Municipal, no valor de R\$ 1,6 milhão. O Ministério da Justiça justificou a rejeição pelo descumprimento de regras federais na licitação.

O certame ocorreu ainda no governo de Eduardo Paes, mas a atual gestão, de Marcelo Crivella, informou que recorreu, porque o objetivo do convênio foi alcançado, com a aquisição de dez veículos que continuam sendo usados pela Guarda Municipal. “A Prefeitura do Rio não concorda com a rejeição das contas, tendo em vista que o objetivo do convênio foi concretizado”, diz a Guarda Municipal.

Só um milagre

LEANDRO COLON

BRASÍLIA - É preciso uma exagerada dose de otimismo para apostar na aprovação da reforma da Previdência em dezembro pela Câmara.

Todos os sinais até agora movem-se no sentido contrário. O governo pena para ultrapassar, em um cálculo bem ousado, os 270 votos, patamar relativamente distante dos 308 exigidos para o texto avançar.

A data chave para o Planalto tentar votar a proposta é 6 de dezembro, quarta-feira. Tende a ser a última semana "cheia" do ano em plenário. Deixar a votação para a seguinte, que antecede a do Natal, seria um gesto arriscado em termos de presença. Portanto, o governo tem nove dias para fazer o que não fez até hoje: consolidar na Câmara apoio suficiente ao que pode ser o principal legado econômico da turbulenta gestão de Michel Temer.

O tempo é curto e a missão, árdua. A recente aproximação entre Temer e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por ora não resultou em votos. Escalado

para controlar o incontrolável e sedento "centrão", Maia tem sido cético na previsão da reforma. No entanto, quer (e precisa) transparecer esforço porque sabe que a mudança nas regras da aposentadoria daria força política a ele em ano eleitoral e agradaria o mercado, um dos seus principais aliados no comando da Câmara.

As últimas cartadas do Planalto em busca de voto falharam. O convescote no Alvorada para apresentar uma proposta enxuta foi fiasco de público. Assim como desastre foi a operação, de olho em votos do "centrão", para tentar nomear ministro da articulação política o deputado Carlos Marun (PMDB-RS), amigo do peito de Eduardo Cunha.

O PSDB evita romper a tradição de não saber direito para que lado vai. E o desejo do governo de comprometer pontos do ajuste fiscal em troca da Previdência enfrenta resistências. A figura do santo na política é algo impossível, ainda mais na Câmara de hoje. Mas só um milagre parece capaz de garantir essa reforma.

Promessas vs. políticas

MARCUS MELO

Há forte resistência sobretudo entre partidos de esquerda à reforma da Previdência. Mas perderam o timing: ela deveria ter ocorrido em 2003. A bem da verdade, ela ocorreu de forma localizada: os parlamentares do PT que se opuseram à reforma foram expulsos do partido e criaram o PSOL.

A reforma da Previdência de 2003 (PEC 41/2003) foi a única, desde 1988, que não foi meramente paramétrica, mas estrutural. As reformas paramétricas envolvem apenas mudanças nos parâmetros do sistema: requisitos de idade, tempo de exercício no cargo, elegibilidades etc. Reformas estruturais, em contraste, envolvem mudanças mais gerais: a cobertura do regime, seu caráter público ou privado (e o lugar da previdência complementar privada), o regime de contribuição (se com contribuição ou benefício definido), a forma de financiamento (capitalização versus repartição) etc.

A PEC 41/2003 teve impacto

estrutural: estipulou que os novos servidores públicos não teriam mais aposentadoria integral. Para esses, a reforma previa inicialmente o teto do INSS como valor máximo de aposentadoria. Quem quisesse ganhar mais teria de contribuir com os fundos de previdência complementar (em regime de contribuição definida). Quanto menor o teto, maior o mercado de fundos previdenciários. Mesmo as entidades públicas podem contratar agentes privados para gerenciar o sistema. Demorou nove anos até que o Funpresp fosse regulamentado.

A reforma de 2003 também completou a reforma paramétrica de FHC, que ficara incompleta. A taxa de servidores inativos, julgada inconstitucional pelo STF, por exemplo, foi reapresentada e aprovada. Idem idade mínima para servidores.

O que é paradoxal é que essa reforma foi aprovada por um governo que a combatera acirradamente. Analistas diversos

como Rodrik, Cukierman e Tommasi chamaram atenção para esse fato estilizado e seu argumento passou a ser conhecido como "Why it takes a Nixon to go to China?" ("Por que só um Nixon pode ir a China?"). A lógica é: só um anticomunista "durão" ("hawk") como Nixon pode iniciar uma abertura para a China sem ser acusado de estar capitulando ou transigindo com o adversário. Da mesma forma, presidentes de esquerda podem aprovar reformas pró-mercado (setores de esquerda dirão "se vem deles, deve fazer sentido" e ele contará com os votos da esquerda e da direita).

De fato, Lula contou com o apoio massivo do PSDB para aprovar a reforma. O preço político de reformas desse tipo vem depois e são muito maiores que a defecção de correligionários. Elas contribuíram para o desgaste do PT enquanto "marca partidária". E mais: a incongruência promessas vs. políticas torna a política ininteligível e cínica para os eleitores.

Sem reforma, ministério prevê recessão

Planejamento calcula que crise voltará a atingir o país em 2019 caso a Previdência não seja alterada até o ano que vem

Manutenção das regras atuais farão inflação e juros subirem por causa de alta no risco-país, afirma Dyogo Oliveira

JULIO WIZIACK MARIANA
CARNEIRO

DE BRASÍLIA

Um estudo do Ministério do Planejamento avalia que, se a reforma da Previdência não for aprovada até o ano que vem, o país enfrentará uma nova crise já em 2019.

O pagamento de aposentadorias e pensões é a maior conta da União. Para cobrir os deficit crescentes — e que neste ano deve ser de R\$ 184 bilhões, segundo números do governo —, a União se vê obrigada a se endividar para pagar todos os benefícios.

Elaborado pela Secretaria de Planejamento Econômico do ministério, o estudo aponta que, sem frear essa despesa, a percepção de investidores sobre o risco do Brasil voltará a subir, desencadeando alta em juros e preços e queda na renda da população.

"A inflação vai voltar e chegará ao consumidor", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que apresentou o estudo à Folha.

Um dos indicadores avaliados foi o CDS (Credit Default Swap), um tipo de título que funciona como termômetro do risco de calote de um país e que superou os 400 pontos em 2016, no período mais tenso às vésperas do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Hoje, após medidas como o teto dos gastos, que impôs regras para deter a alta das despesas da União, o CDS está em 180 pontos.

O estudo prevê elevação do CDS, seguido de deterioração de outros indicadores financeiros e recessão se o governo não mostrar que vai parar de gastar além do que pode.

"O mercado espera a aprovação de alguma reforma [da Previdência] e isso já está na melhora dos indicadores", avalia o ministro. "Se ficar claro que não ocorrerá [a reforma], os juros futuros tendem a aumentar. O mercado ainda não precificou", diz. Precificar é recalculer o valor dos ativos no país diante de um novo cenário econômico. As medidas da equipe econômica tomadas até agora baixaram o

risco-país medido pelo CDS apesar do aumento da dívida pública.

RISCO ALTO DE NOVO

Sem a reforma, o Planejamento estima que o CDS volte rapidamente ao patamar anterior (400 pontos).

Neste cenário, a economia mergulharia em uma nova recessão em 2019. A projeção de crescimento hoje é de 2,5%. A crise, segundo a pasta, drenaria 2,3 pontos percentuais da variação do PIB.

Segundo Oliveira, é razoável imaginar que haverá uma redução no fluxo de capital para o país, depreciando o real e aumentando a necessidade de elevar os juros.

Isso afetaria a disposição dos empresários em investir, aumentando o custo do consumo e reduzindo a atividade econômica. O impacto na renda média dos brasileiros (PIB per capita) também seria pesado: redução de R\$ 1.400, em 2019, e de R\$ 1.800, em 2020, segundo o estudo.

O ministro afirmou ainda que o estudo reforça o que ele próprio defende no Congresso. Muitos dos políticos não querem defender a reforma porque acreditam que





perderiam votos na eleição.

"O efeito de não carregarem o tema da Previdência para as campanhas será pior porque, se eleitos, eles terão de arcar com um cenário fiscal ainda mais severo."

Por isso, o ministro vem promovendo encontros com parlamentares para tentar convencê-los da importância da reforma. Ainda segundo Oliveira, a economia com a Previdência será no longo prazo. "O ganho em 2019 será de cerca de R\$ 4 bilhões", afirmou. "Mas sem ela, a perda virá imediatamente."

Outro agravante será o cumprimento do teto. Sem a reforma, ele prevê dificuldades em 2019. Em 2020, já seria impossível cumprir o teto porque

não haveria mais espaço para cortes de despesas.

Embora a principal batalha da equipe econômica seja a reforma previdenciária, Oliveira afirma que também não pode abrir mão dos ajustes de curto prazo.

Em troca da aprovação da Previdência, o Congresso quer manter o reajuste para os servidores em 2019, adiado por meio de medida provisória. Também pede o refinanciamento de dívidas de ruralistas e quer agradar aos governadores adotando novo cronograma de pagamento de recursos da Lei Kandir—desoneração de impostos estaduais sobre exportações.

"Não há espaço [fiscal]", disse o ministro.

Brasileiro pode perder R\$ 3.700 com alta do risco

DE BRASÍLIA

Os brasileiros perderão, em média, R\$ 3.700 de sua renda anual nos próximos três anos se a reforma da Previdência não passar. O cálculo, do Ministério do Planejamento, considera a alta do risco-país de 180 para 400 pontos.

Em 2016, a renda média no Brasil, medida pelo PIB per capita, foi de R\$ 30.407.

Nas simulações, os técnicos também projetam cenário mais dramático, com CDS batendo em 500 pontos. Neste caso, a perda média na renda poderia somar R\$ 4.590 em três anos.

No cenário menos pessimista

—com risco-país em 300 pontos— a perda somaria R\$ 2.690 até 2020.

O impacto com o aumento do risco começaria com a alta do dólar e dos juros, o que afetaria a inflação e a atividade econômica. "Um PIB menor significa menos arrecadação, menos recursos para o Orçamento e mais contingenciamento de verbas", diz o ministro Dyogo Oliveira.

Sem a reforma, diz o Planejamento, os gastos com benefícios do INSS superariam 50% do Orçamento do governo. Nos anos seguintes, não haveria mais receita para despesas como obras, segurança e fiscalização de fronteiras.

Reforma ou crise

Mesmo reduzido, projeto da nova Previdência ainda corre riscos no Congresso; texto é fundamental para facilitar a gestão do próximo presidente

A nova versão, menos ambiciosa, do projeto de reforma da Previdência tem pela frente, sem dúvida, um percurso congestionado, sob risco de acidentes fisiológicos. Neste final de ano parlamentar, ainda é necessário votar medidas adicionais do ajuste orçamentário, anunciadas em agosto, e o Orçamento federal de 2018. Na fila estão ainda projetos que refinanciam dívidas de setores diversos.

O governo Michel Temer (PMDB) previu com otimismo que a emenda previdenciária pudesse ir ao plenário da Câmara dos Deputados em menos de duas semanas. Neste momento, parte dos parlamentares da coalizão governista dizem rejeitar o texto tal como ele está, reivindicando novos abrandamentos —em muitos casos, decerto, trata-se de mera barganha em busca de cargos ou verbas.

O PSDB, que no passado lançou e conduziu a plataforma reformista, não pretende exigir de seus membros o voto pela mudança. Os tucanos, a esta altura, mostram-se mais dedicados à picuinha interna e aos cálculos eleitorais. Apesar de todos os percalços, merece apoio esta nova tentativa de aprovar, ainda neste mandato presidencial, alterações essenciais no sistema brasileiro de aposentadorias e

pensões por morte. A saber, a fixação de idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, com regra de transição para os trabalhadores na ativa, e aproximação dos regimes dos setores público e privado.

Ressalte-se que tal proposta nada tem de draconiana —são normas praticadas na vasta maioria dos principais países ricos e emergentes— e não basta para o reequilíbrio das contas da União. Ainda assim, é fundamental para dar solidez à recuperação econômica hoje em curso, reduzindo os riscos de turbulências financeiras durante a disputa presidencial. Com ela crescem, ademais, as chances de sucesso do próximo governo, seja qual for.

A Temer resta pouca alternativa além de perseverar na reforma, complemento básico da agenda econômica que obteve expressivos avanços com o teto para o gasto federal, inscrito na Constituição, e o redesenho da CLT, entre outros. Esta é a chance de sua administração, a despeito dos graves vícios no campo da moralidade, deixar um legado proveitoso.

Nem se precisa levar ao pé da letra a previsão, feita pelo Ministério do Planejamento, de nova recessão em 2019 em caso de derrota na Previdência. O período exato não importa tanto; o fato é que não há futuro viável sem o ajuste do pagamento de aposentadorias à capacidade da renda nacional.

Correios fazem novo PDV para cortar custos

Meta com o novo plano de demissão voluntária é fechar mais 5,46 mil vagas, o que proporcionaria uma economia mensal de R\$ 54,5 milhões

Eduardo Laguna

Os Correios fazem uma nova tentativa de reduzir o quadro de pessoal. Na quinta-feira, foi aberto um novo programa de demissões voluntárias (PDV) para enxugar ainda mais sua folha de pagamento, após o plano de incentivo a desligamentos realizado no primeiro semestre ter terminado com adesões inferiores à meta da companhia.

O novo prazo de adesões vai até 29 de dezembro, último dia útil do ano. O objetivo deste novo plano, aprovado em agosto pela diretoria executiva da estatal, é fechar 5.460 vagas. Se o número for confirmado, isso significará uma economia mensal de R\$ 54,5 milhões com pagamento de salários. Só entre carteiros, os Correios pretendem tirar 2 mil profissionais das ruas.

Com o PDV realizado no primeiro semestre, quando as adesões chegaram a 6,26 mil, os Correios já tinham conseguido enxugar em R\$ 68,6 milhões os

gastos mensais com o efetivo. Apesar do grande número de funcionários que aderiram ao plano, o total ficou abaixo da meta da estatal, que, em grave crise financeira, pretendia cortar na ocasião 8,2 mil empregados e enxugar a folha em R\$ 72,9 milhões por mês.

Ao reeditar o programa, os Correios poderão ampliar para 10% o corte de um quadro que, antes dos PDVs, somava aproximadamente 117 mil pessoas.

Novos parâmetros.

Para atingir um público maior, a empresa retirou a exigência de idade mínima de 55 anos dos últimos PDVs, permitindo agora a adesão a todos os empregados com pelo menos 15 anos de trabalho na companhia de serviços postais.

É oferecido como incentivo aos pedidos de demissão uma indenização calculada de acordo com os proventos recebidos nos últimos cinco anos – incluindo não só salários, mas também gratificações e complementos salariais – e o tempo de serviço do funcionário. A ideia inicial da empresa era reabrir o PDV em setembro, mas o plano foi adiado

em razão da greve deflagrada pela categoria em todo o País durante a campanha salarial.

Ao confirmar em nota a abertura do que chama de novo ciclo do Plano de Desligamento Incentivado (PDI), os Correios atribuem a medida à necessidade de "acertar as contas".

Privatização.

Por conta da situação financeira difícil, Em situação financeira difícil, o governo estuda até a possibilidade de privatizar os Correios.

Em setembro, o ministro Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, disse que ideia estava em estudos, embora devesse ser feita com cuidado. "A situação financeira, pelas informações que o (Ministério do) Planejamento tem e nos passa, é muito difícil", disse o ministro.

"Até porque do ponto de vista tecnológico, há quanto tempo você não manda um telegrama, as pessoas perderam muito o hábito do uso da carta", afirmou. Segundo o ministro, a tendência é dos Correios passarem a atuar no setor de logística.

Nova Previdência afetaria só 35% dos trabalhadores

Estudo mostra que, pelas novas regras, 65% dos aposentados não teriam sentido mudança no momento da concessão do benefício

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

Se a nova versão da reforma previdenciária, mais enxuta, já estivesse em vigor, não teria afetado cerca de dois terços (65,4%) dos beneficiários da Previdência no momento da concessão das aposentadorias ou pensões. O cálculo foi feito pelo consultor do Senado Pedro Nery. O economista usou como base os dados sobre o perfil de quem já está aposentado ou recebe outro benefício previdenciário.

O quadro mostra, portanto, que a grande maioria da população não seria atingida pelas mudanças que o governo tenta aprovar no Congresso Nacional na primeira semana de dezembro. Seriam alcançados pela reforma 34,6% dos trabalhadores. Os principais afetados pelo projeto de reforma são os servidores públicos federais e os homens que se aposentam por tempo de contribuição, sem necessidade, hoje, de atingir uma idade mínima.

“São justamente os que recebem

os benefícios de maior valor, embora representem um contingente pequeno da população”, diz Nery. Segundo o estudo, 15,8% dos atuais beneficiários se aposentaram por tempo de contribuição antes dos 53 anos (mulheres) e 55 anos (homens). Essas serão as idades mínimas iniciais de transição, caso a reforma seja aprovada, o que impedirá novos pedidos de aposentadoria de pessoas mais novas.

O total de atingidos ainda pode diminuir, porque os Estados e municípios terão prazo de até seis meses para propor regras diferentes a seus servidores, se desejarem. As alterações terão de ser aprovadas pelos Legislativos locais. Até lá, ficam valendo as regras da reforma federal.

Tentativa.

Após seis meses de paralisação nas articulações políticas – por conta do processo que culminou com a rejeição, pela Câmara, de duas denúncias contra o presidente Michel Temer –, o governo busca retomar as negociações para a aprovação da reforma da Previdência. Tenta convencer os parlamentares de que as novas regras afetarão apenas a camada mais privilegiada da população.

A flexibilização da proposta original excluiu mudanças que endureciam exigências aos mais pobres. Foi uma estratégia do governo para tentar vencer as resistências, que crescem com a aproximação das eleições. Ficaram de fora do alcance do novo texto os trabalhadores rurais, quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (pago a pessoas de baixa renda que são idosas ou com alguma deficiência), militares, além de policiais militares e bombeiros dos Estados.

Homens que hoje se aposentam por idade também ficam livres de mudanças, pois a exigência já é de 65 anos para o benefício, neste caso. Haverá mudança para as mulheres, que hoje, ao se aposentarem pelo critério de idade, precisam chegar aos 60 anos, o que será elevado para 62 anos ao longo de um período de transição.

A nova versão da reforma foi desidratada na tentativa de conseguir mais apoio, mas não pode ser considerada uma “reforminha”, na avaliação de especialistas. Os pontos que ficaram no texto são considerados significativos e de alcance considerável: idade mínima para





quase todos, regra de transição, alteração na regra de cálculo do benefício e limitação ao acúmulo de pensões e aposentadorias.

Essa última medida é um ponto importante para a economia que o governo espera conseguir. Para o especialista Leonardo Rolim, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, “tudo o que é mais importante ficou”. Em ordem de importância, ele listou a proposta que iguala as regras de trabalhadores do INSS e de servidores, a mudança nas regras da pensão por morte e o fim da aposentadoria por tempo de contribuição.

A questão agora é até que ponto os líderes partidários vão desidratar ainda mais o texto nas negociações que começam no Congresso. Os técnicos alertam que mudanças muito maiores colocam em risco a reforma e a capacidade de o próximo governo fazer as mudanças que serão necessárias, caso uma proposta pouco eficaz seja feita agora.

ALCANCE DA REFORMA

● Cerca de um terço dos beneficiários seriam afetados se as regras propostas para a Previdência já estivessem em vigor

Proporção do total dos aposentados do País

AFETADOS
34,6%

NÃO AFETADOS
65,4%

Aposentados por tempo de contribuição antes de 55/53 anos

15,8%

Mulheres aposentadas por idade (urbano)

9,6%

Servidores - Estados e municípios

7%

Servidores - União

2,2%

Rurais

23,6%

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

17,1%

Aposentados por invalidez

12,1%

Aposentados por tempo de contribuição depois de 55/53 anos

6,2%

Homens aposentados por idade (urbano)

5%

Policiais e bombeiros militares - Estados

0,8%

Militares das Forças Armadas

0,6%

FONTE: CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FIDELIS FERREIRO NETO

#0064R010/ESTADÃO

PRESTE ATENÇÃO

1. O texto da reforma da Previdência foi aprovado em maio na Comissão Especial da Câmara. A votação em plenário, porém, foi atropelada pela delação dos executivos da JBS, que atingia diretamente o presidente Michel Temer.

2. Com as denúncias contra Temer arquivadas na Câmara, o governo retomou as articulações para a votação do projeto. E, por conta das resistências dos parlamentares, por conta da proximidade das eleições, negociou um texto mais enxuto

Idade mínima é fundamental, diz economista

Para o economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e pesquisador da FGV, o principal ponto da reforma da Previdência é a idade mínima. “Esse é o item mais importante da discussão e tem um poder de produzir um paradigma importante no sistema, tanto do ponto de vista de igualdade quanto do ponto de vista fiscal. A concepção do sistema muda bastante”, avalia.

Nos seus cálculos, a fixação de uma idade mínima reduz sozinha o crescimento do gasto previdenciário em aproximadamente 40%. Os parlamentares, no entanto, articulam a redução das idades mínimas hoje previstas no texto. “Se reduzir a idade mínima, é melhor deixar para depois. Não dá para imaginar idade mínima menor do que está aí. Se fizer isso, é melhor deixar para 2019.

Se não igualar regra de servidores, também é melhor deixar para 2019”, diz o consultor da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim. Para ele, “mexer

em algum detalhe da transição” não seria o fim do mundo, mas considera ser inviável aprovar uma proposta sem nenhuma transição para quem está hoje no mercado de trabalho.

“Se for só a geração mais nova atingida pela reforma, vai levar 40 anos para ter efeito. Daqui a 40 anos, o Brasil já acabou. Falo na cara de deputado, (tirar regra de transição) é atestado de ignorância fiscal.”

Pires afirma que é recomendável aprovar uma reforma da Previdência agora para desafogar a intensa agenda de ajustes econômicos que ainda precisará ser feita pelo próximo presidente da República, que inclui a possibilidade de revisão do teto de gastos, as políticas de valorização do salário mínimo e de reajuste de salários do funcionalismo, e a discussão da regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes e corre o risco de ser descumprida nos próximos anos.

A.F. e I.T.

Nova regra dá mais liberdade aos fundos de previdência

Nova legislação deve aprimorar gestão dos investimentos; queda da Selic impulsiona busca por renda variável

Ana Carolina Neira

Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que altera as regras dos fundos de Previdência dos servidores públicos – como Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobrás) – deve melhorar a rentabilidade desses investimentos no médio prazo. A mudança, em vigor desde outubro, dá maior liberdade aos gestores, que agora podem administrar esses investimentos mais como um fundo multimercado, desde que observando limites entre ativos de renda fixa e variável.

No passado, alguns fundos ampliaram muito a exposição ao risco, o que ocasionou perdas e resultados insatisfatórios. Segundo especialistas, a nova resolução, a CMN 4.604, deve aprimorar a gestão dos produtos do setor. Entre as novidades está a possibilidade

de aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e debêntures, além do aumento de 5% para 10% no limite de participação para fundos multimercado.

A nova regra também extinguiu a distinção de limite para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) abertos ou fechados. Este último exigirá que o gestor tenha realizado ao menos dez ofertas públicas de cotas de fundo 100% liquidadas. Apesar de sugerirem algumas restrições, as normas dão mais liberdade ao gestor dos fundos, opina o professor da FEA/USP, José Roberto Savoia.

“A principal vantagem é que agora ele poderá decidir se prefere formar uma carteira mais longa ou mais curta sem ficar atrelado a um número de ativos.” Outro ponto trazido pela resolução é a maior fiscalização dos componentes desses fundos. Segundo dados do Ministério da Fazenda, até 2015 havia 10 milhões de servidores segurados em fundos do gênero,

com R\$ 134,4 milhões em investimentos até 2016.

Quase a metade dos aportes (47,74%) eram feitas só em renda fixa. Para a diretora-geral da Par Mais Investimentos, Annalisa Dal Zotto, a resolução abre o leque de investimentos de maneira positiva. “Limitar o FIDC, que pode ser um crédito ruim, e abrir para o multimercado garante oferta de qualidade”, defende.

De acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o rendimento médio do setor foi de 4,24% no primeiro semestre deste ano, abaixo da rentabilidade mínima fixada em 4,44%.

Com a queda da Selic, a migração para a renda variável já movimentava o mercado. Em outubro, a Adam Capital zerou a posição em renda fixa, migrando o dinheiro para ações e câmbio. Essa é também a tendência na previdência privada.